

**REORGANIZAÇÃO REGIONAL E A INTERDISCIPLINARIDADE:
DESAFIO PARA OS ANOS 90**

Aldo Paviani*

Duas ordens de preocupações assaltam os que tentam desvendar as trilhas que deveremos percorrer nesta década: uma, referente à instância espacial (regional) da organização do espaço, cujas redes urbanas se estruturam em função de investimentos externos, com as quais aumentam as demandas por informações; outra preocupação, de ordem metodológica (epistemológica), se prende a certas escalas da abordagem espacial, onde a complexidade passa a exigir enfoques interdisciplinares para se avançar cientificamente sobre o produto social do trabalho social (a metropolização, por exemplo).

Entendemos que os anos 90 serão demarcados por uma retomada das problemáticas regionais, sobre as quais se demandarão sistemas de informação ágeis e eficientes para o equacionamento de políticas adequadas, esvaziando-se a importância dos chamados problemas "federais", centralizados. Nesta década a ciência, a serviço da gestão democrática do espaço, deverá ser praticada coletivamente, em abordagens multi e interdisciplinares, face à magnitude dos desafios a enfrentar (Paviani, 1990a, 1990b).

*Professor do Departamento de Geografia e Coordenador do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais/CEAM, Universidade de Brasília. Apoiado pelo CNPq.

Nesta contribuição, desejamos debater sobre a necessidade de se ter inventários específicos, na esfera regional, a respeito de certos processos espaciais, como os das correntes migratórias. Especulamos sobre a importância da informação a ser coletada regionalmente no sentido de dar substrato científico para a reorganização de subespaços (locais e regionais). Pretendemos, igualmente, ressaltar a necessidade do pensar inter e multidisciplinar para o avanço teórico e epistemológico do urbano-regional, uma vez que informação e ciência estão cada vez mais presentes entre os que trabalham para uma construção mais justa do espaço.

Problemas Locais, Soluções Federais?

O centralismo a que se submeteu o País levou a curiosa homogeneização de problemas locais ou regionais à condição de problemas "federais". A União arrogou-se o direito de considerar como sendo "federais" muitos problemas da esfera regional ou local. Pode-se afirmar que, em cerca de trinta anos, tratou-se de homogeneizar o território brasileiro via federalização das políticas estatais. Mas a federalização das ações esbarra na falta de adequados sistemas de informações, como, por exemplo, referentes às correntes migratórias.

Por isto, cada vez com maior freqüência, ouvem-se demandas por estudos mais aprofundados a respeito das migrações internas¹. Os centros de pesquisa e as instituições recenseadoras, que levantam dados sobre a mobilidade da população, são instadas a que reduzam os intervalos censitários ou que realizem amostragens mais freqüentemente, captando as especificidades regionais e locais.

A procura por estatísticas confiáveis procede na medida em que informações e tecnologia, hoje, são essenciais para o avanço do conhecimento científico. Com isto, é clara a tendência de interligar a Ciência e Tecnologia à informação, com o que se terá possibilidade de promover o desenvolvimento regional, retirando o país do atraso em que se encontra.

O exemplo nos vem dos países desenvolvidos, os quais, numa primeira etapa, mapearam seus territórios, produziram levantamentos aerofotogramétricos ou de imagens de satélite como base para os bancos de dados. As imagens de satélite e as fotografias aéreas, cada vez mais sofisticadas, servem à montagem de sistemas de informação como repositórios imprescindíveis aos elaboradores de políticas públicas ou para o delineamento dos investimentos privados.

Este raciocínio vem a propósito da falta de dados recentes que se tem no Brasil para, por exemplo, analisar as correntes migratórias para o Distrito Federal. A falta de informações adequadas impede que se tenha resposta a uma série de indagações como: qual a intensidade do fluxo migratório para Brasília? Nos últimos dez anos, mudou o perfil do migrante e de sua família? Qual o grau de expulsão de certas áreas de origem do migrante? Tem havido modificação na alternância das etapas ou direção das migrações?²

Uma adequada amostragem poderá dar elementos para interpretação e resposta às questões acima arroladas. Elas, todavia, demandam urgência, uma vez que, a respeito de correntes migratórias, o vóo é no escuro e sem instrumentos.

Por outro lado, a procura de respostas para as questões migratórias não deve apontar, apenas, na direção do IBGE, o qual, além dos censos decenais, possui o PNAD em algumas cidades importantes. Não se trata, portanto, de "mexer no time", mas de aumentar a capacidade de "ataque" à problemática dos fluxos populacionais, descentralizando e tornando mais ágil a coleta de dados junto às fontes. O que se aponta é um aumento dos que fazem amostras, por exemplo, na órbita regional e sub-regional ou na esfera de municipalidades importantes, havidas, tradicionalmente, como receptoras de imigrantes³.

Na órbita municipal e regional, respeitadas as peculiaridades geográficas, culturais e econômicas, deveriam ser alocados recursos para a realização de censos e amostragens frequentes, anuais ou bianuais, com o que se captariam certas especificidades, reduzindo o gigantismo (federalismo) dos recenseamentos do IBGE. A sugestão, obviamente e nem de leve, deseja es

vaziar uma atribuição do IBGE. O que se deseja é o aperfeiçoamento e o aumento da rapidez dos mecanismos e instrumentos para a captura dos dados que, não coletados no tempo e lugar certos, estarão irremediavelmente perdidos. Uma nação que se quer soberana e moderna não pode jogar fora informações, hoje ali-cerces para a edificação de uma pátria mais justa para seus cidadãos. Aliás, no exercício da cidadania é que se aspira pela ampliação da capacidade de resolução de problemáticas regionais, no âmbito regional; as municipais, em sua esfera - cortando as atribuições exageradamente agigantadas do poder central, pois em escala meso ou subregional encontram-se instituições e intelectos com possibilidades e eficiência para o equacionamento de questões como as das migrações. A Constituição de 1988, justamente, aponta no sentido de ampliar as competências e atribuições dos Estados e Municípios⁴.

Acredita-se que Estados e Municípios, com maior sensibilidade no trato de suas respectivas populações, melhor equacionariam os enfoques para a problemática das correntes migratórias. Poderiam, inclusive, ver nos migrantes certas soluções como o do povoamento em fronteiras de recursos (Centro-Oeste e Amazônia, em especial). Mas, dependendo da intensidade do fluxo ou da intermitência do mesmo, algumas municipalidades e governos estaduais (Rondônia, por exemplo) se vêm a braços com uma gama de demandas que não podem implementar, por carentes de recursos financeiros, técnicos e humanos. Sabe-se qual é o mal dos fluxos, no caso apontado, mas não a dose do remédio a ministrar. Daí a importância da amostragem e do censo descentralizado e com realização mais freqüente.

Veja-se o caso de Brasília. Há quantos anos não se tem uma amostragem sobre mobilidade da população? A rigor, não temos uma resposta para a questão de "quem sejam os imigrantes?". Seu ponto de convergência seria a habitação ou um lote? Estaria que rendo morar na periferia, que se lhe oferece, ou preferiria a favela, mais central, mais próxima dos empregos?²

Ao que tudo indica (e daí a necessidade de estudos mais acurados), a grande maré migratória é movida pela "luta-pela-sobrevivência", isto é, migra-se para Brasília para **traba-**

lhar, na suposição lógica de que, quem trabalha, mesmo com "baixa renda", deve ter um lugar para morar (de preferência junto aos canteiros de obras ou nos serviços auxiliares de ambulantes) (Paviani, 1990b).

No passado, a hipótese acima se confirmou em pesquisas que realizamos na UnB (Ferreira e Paviani, 1973). Resta saber, hoje, passados os anos pioneiros e com a possibilidade da oferta de postos de trabalho em declínio, quais as razões para o incremento dos fluxos migratórios? A questão da migração prende-se à oferta de lotes e/ou habitação, mesmo em periferia desequipada e distante? Há outros atrativos, na "pauta" do migrante? Estariam os migrantes sendo atraídos por capitais ou cidades grandes não industriais, como Brasília, Goiânia? Em que medida as cidades industriais não apenas não atraem mais os migrantes, mas obriga-os a uma retomada da migração, expulsando-os?².

Não temos receio algum em apontar a descentralização dos censos. Longe estamos de ter respostas a todas as questões levantadas, justamente porque os dados têm fontes que possuem agilidade, enquanto que o tratamento, mais aproximado, no âmbito das cidades polarizadoras traria inúmeras vantagens, facilitando, inclusive, a ação dos que implementam serviços e infraestruturas na medida em que aumenta a demanda. Por isso, diz-se, sem informação ao tempo e volume certos, a marcha do desenvolvimento se retarda (inatingindo-se a capacidade de produzir e de distribuir a riqueza socialmente gerada). Por este motivo, os anos 90 sinalizam na direção de se ter informações descentralizadas e passíveis de serem trabalhadas com maior rapidez e eficiência, de preferência por equipes inter ou multidisciplinares.

Interdisciplinaridade: Conceito e Necessidade

Se, no âmbito regional, reclama-se por acesso a informações para uma pretendida reorganização (social) do espaço, na órbita da produção do conhecimento científico pensa-se na forma pela qual os dados devam ser trabalhados. A velocidade que se

quer para sair da crise amplia o desafio para avanços teóricos e metodológicos, do contrário cristaliza-se o subdesenvolvimento. A crise e o subdesenvolvimento afetam sobremaneira os campos disciplinares, exigindo-lhes novas bases e reavaliação epistemológica.

Mas, as novas bases científicas para enfrentar o atraso não devem apontar para a importação da "ciência pronta". A propósito, há mais de vinte anos⁵, Myrdal afirmou que "por muito tempo, os homens de Estado e acadêmicos expressaram a esperança de que um nível de desenvolvimento mais rápido do conhecimento técnico e científico, nos países desenvolvidos, pudesse ser adaptado para elevar a produção nos subdesenvolvidos". Mas, o próprio autor reconhece que "o conhecimento científico e tecnológico tem resultado em desvantagens para os países subdesenvolvidos" (Myrdal, 1970, p.37).

A idéia vem a propósito de que, por muito tempo, em nosso País, o conhecimento científico e tecnológico esteve atrelado a "modelos", "padrões" e "sistemas" gerados e difundidos no Hemisfério Norte desenvolvido. Com isto, pelos canais de difusão da inovação, os países subdesenvolvidos foram penetrados por estereótipos e idéias fixas, numa canestra adaptação de teorias e clichês desconectados de suas realidades. Exemplos, neste aspecto, na área de conhecimento do Urbanismo (e da urbanização), são os inumeráveis relatórios, projetos e pesquisas sobre áreas metropolitanas em que se deu privilégio a "sistemas de cidades", ou se procedeu a aplicação de regra "tamanho-posição" e das teorias do "lugar central" e dos "pólos de crescimento", todos na tentativa de reaplicar análises testadas na Europa e na América do Norte.

Considera-se desvantajosa a "adaptação" de modelos importados, não por xenofobia científica, mas porque ocuparam tempo e cérebros em demasia, em relação aos resultados concretos e em face à dinâmica urbana e aos processos sociais subjacentes à expansão urbana em nosso contexto. Em outras palavras, a reaplicação de "regras" e "sistemas" importados subtraiu inteiros dos desenvolvimentos próprios e apropriados às realidades urbanas e rurais dos países subdesenvolvidos.

Apesar do brilho (e do prestígio) que tais "modelos" possam dar aos seus seguidores, alguns autores, há mais de dez anos, realizam trabalho inovador na geração de conhecimento novo, a partir de novas posturas epistemológicas, teóricas e da prática do saber socializado, mas calcado em nossas realidades⁶. Entre estas tentativas de avançar, inovando, estão os trabalhos desenvolvidos por equipes inter e multidisciplinares em diversos centros de pesquisas.

O novo que desponta indica caminhos para a interação para o relacionamento dos "saberes específicos e especializados"; a modernidade aponta para as metodologias inovadoras da inter e da multidisciplinaridade. Mas, de que se trata? Segundo o dicionarista (Aurélio), a interdisciplinaridade trata do "comum a duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento", enquanto que a multidisciplinaridade diz respeito ao que é "referente a, ou que abrange muitas disciplinas".

Pensamos que deveremos avançar, ampliando o significado destes dois conceitos, principalmente ao tratarmos da urbanização, do espaço urbano e do urbanismo. Assim, o espaço não será tratado inter ou multidisciplinarmente com a reunião de dois ou mais especialistas (disciplinares), apenas. Logicamente, além da reunião a multi e interdisciplinaridade requerem uma postura para a "socialização dos saberes específicos". Uma tarefa ingente, talvez, mas necessárias para entrar nos novos momentos paradigmáticos que se vislumbram.

No entender de Novaes Pinto, "a interdisciplinaridade... engloba um conjunto de disciplinas conexas a fim de elaborar uma axiomática comum, visando coordenar esforços realizados em vários níveis. Difere da monodisciplinaridade, que é a especialização isolada; igualmente difere da pluridisciplinaridade, que representa a justaposição de disciplinas, favorecendo as trocas e a cooperação, ou da transdisciplinaridade, que corresponde ao reagrupamento, em vários níveis, de todo um conjunto de disciplinas e de interdisciplinas a partir de um axioma geral, na tentativa de compreender os modelos e os limites do saber humano" (Novaes Pinto, 1989, p.38).

Assim, a urbanização e o próprio espaço humanizado ganham maior compreensão se forem abordados de forma interdisciplinar. Na postura interdisciplinar há trocas de conhecimentos particulares e especializados para uma dada equifinalidade, isto é, uma problemática (ou temática) é enfocada por diversos ramos do saber para ganhos em qualidade e profundidade. Com isto, supera-se a departamentalização estreita e vetusta, que, a nosso ver, é um dos componentes da própria crise pela qual passa a universidade.

Neste sentido, a unidisciplinaridade vai sendo superada, uma vez que, como aponta Buarque, "... no atual momento, os departamentos não são suficientes para compor uma universidade que busque compromisso com os problemas da realidade. Cada um destes problemas só pode ser enfrentado a partir de uma visão multidisciplinar que, indo além das categorias específicas do conhecimento, abarque todas as nuances e desafios do entendimento de problemas temáticos. A solução em execução é a criação de uma estrutura de núcleos temáticos multidisciplinares que permita aos profissionais da universidade organizarem-se também por temas, além de serem partes de cada departamento; e atraiam a convivência de profissionais externos à universidade, na procura do entendimento e solução dos problemas". Por isto, segue Buarque, "nos momentos paradigmáticos, o compromisso com o **status quo** e o **establishment** é tolerado como parte de um projeto de libertação em andamento. Mas na crise não há lugar para o tradicionalismo" (Buarque, 1988, p.118 e 119).

Ainda nesta linha, e tentando precisar o conceito e a necessidade de se avançar, concordamos com Souza Júnior para quem "no paradigma emergente (interdisciplinar) o conhecimento é indiviso e a sua fragmentação, diz Boaventura, não é disciplinar e sim temática: 'os temas são galerias por onde os conhecimentos progredem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que acontece no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia'. Por este motivo, continua o mesmo autor, "se a interdisciplinaridade é a característica de um padrão de conhecimento que não se realiza na disciplina ou nas categorias de uma só ciência, ela também não se localiza. Ao

contrário, amplia-se, confunde-se, transgride, projeta-se na fusão de estilos que compõem um movimento transdisciplinar de intervenção fora de seus lugares naturais. É, pois, uma atitude e uma promessa; uma construção da modernidade; uma ponte sobre o futuro" (Souza Júnior, 1989, p.2).

Do exposto, não se deverá fazer a ilação de que a inter e a multidisciplinaridade, necessárias para o entendimento dos processos espaciais são a "vaga científica do momento", isto é, modismos. A "moda" é efêmera, portanto, fugaz. Não há momentos científicos consistentes, nem paradigmas, se os cientistas se pautarem por "modismos". Daí ser necessário avanço lento, calcado em reflexão e crítica mútua para que se contribua na direção de conhecimento novo. É tentativa que deverá ser renovada a cada instante do labor científico, sobretudo diante dos preconceitos, das incompreensões e da ojeriza ao novo e inovador.

Prática Necessária

Cada vez mais a ciência é imprescindível à tecnologia e vice-versa, numa inter-relação própria do "período técnico-científico" a que se refere Milton Santos: "esse período coincide com o desenvolvimento da ciência das técnicas, isto é, da tecnologia, e, desse modo, com a possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo" (Santos, 1985, p.37). Claro está que se aplica ciência ao processo de produção do espaço, sendo importante que os praticantes da ciência do espaço (os "espaçólogos", a que se referem Santos e Souza, 1986, p.3), se dêem conta de sua fragilidade, quando atuam isoladamente. Não há onisciência para a compreensão dos processos sócio-espaciais, sendo, por este motivo, desejável e necessário que se ampliem os horizontes de profissionais como sociólogos, geógrafos, historiados, antropólogos, arquitetos/urbanistas e outros, quando no trato de questões espaciais. Os saberes especializados postos em relação, cérebro-a-cérebro, por dias, por meses, em experimentação constante, haverão de ultrapassar as dificuldades próprias dos trabalhos em equipe. Daí, cada um

tratará não mais de **sua** visão particular (às vezes idiossincrática), mas elaborará conhecimento (com) juntamente aos demais membros do grupo temático.

Neste sentido, esperamos, a urbanização, o espaço urbano e o urbanismo serão entendidos. O trabalho coletivo será, então, direcionado para o entendimento dos processos espaciais, retirando-se o especialista da possível alienação ou "analfabetismo". Como referiu Corrêa da Silva, citando Lucian Goldman, quando, no desempenho de certas funções especializadas, cria-se elite bem preparada e analfabeta no sentido de estar des-preparada para a crítica do conhecimento, para a crítica do que faz, para a crítica da utilização da tecnologia e da ciência" (Silva, 1988, p.106).

É neste sentido que equipes interdisciplinares devem ser organizadas no enfrentamento dos desafios futuros. Assim, não haveria lugar para alguém que se auto-intitulasse "planejador"; esta figura seria substituída, com inumeráveis vantagens por equipe entrosada, não-neutra e comprometida com os processos e problemáticas de nossa realidade sócio-espacial. Isto vem a propósito das considerações introdutórias da obra **O Espaço Interdisciplinar** feitas por Santos e Souza. Nelas, salientam que "o espaço, enquanto presente, contém o futuro. E, quando se fala em futuro, a noção de totalidade se impõe e a esperança cede lugar ao ceticismo. Sem dúvida, há diferenças de óticas: para alguns, a reconstrução da totalidade, para torná-la outra, é a própria matéria do seu trabalho, mas nem precisam conhecê-la; para outros, nada poderá ser feito se, desde o começo, não for clara a noção do que é a totalidade. Assim, o conhecimento do espaço supõe um trabalho coletivo, no qual tomam parte diversos especialistas" (Santos e Souza, 1986, p.2).

Há concordância, portanto, quanto à necessidade de novas práticas científicas. Resta dar um primeiro passo. Resta caminhar no sentido do entendimento. Não há saída para a crise senão criar outra, respaldada no sentimento de que um paradigma envelhecido será superado por outro, que acompanha a modernidade. Esta sinaliza no sentido da produção de novos saberes, sendo estes plenos de instabilidade em relação às abordagens ul-

trapassadas e individualistas. O desafio da ciência é caminhar com o tempo, é acompanhar a marcha da civilização e da História.

Desafios para a Interdisciplinaridade: a Guisa de Conclusão

Linhas atrás indicamos algumas temáticas/problemáticas com apelo para a montagem de "laboratórios" do novo pensar científico. Apontamos igualmente a direção para ganhos específicos para algumas áreas do conhecimento sensíveis à modernidade. Caberia sugerir algumas categorias de análise para a **praxis**. As temáticas sócio-econômicas espaciais se nos parecem acolhedoras para o trabalho interdisciplinar, tais como: a energia, que não deveria ser privilégio para as engenharias; a urbanização, que geógrafos por si só não abarcam em sua complexidade; a pobreza (urbana e rural) que economistas e sociólogos têm se ocupado; o planejamento urbano, preocupação básica de arquitetos/urbanistas; movimentos sociais-urbanos, tão caros aos cientistas sociais; a educação: que permitiu portentosas Faculdades de Educação, mas não a erradicação do analfabetismo; a favela, uma estrutura urbana cada vez mais presente, sobretudo em nossas metrópoles; a inflação e a recessão, que a tecnoburocracia e a especulação alimentam etc. Estas e outras temáticas não comportam mais a unidisciplinaridade. São desafios cuja velocidade de evolução não comportam postergações. As ações concretas, necessárias, apontam na direção de um novo paradigma e estruturas acadêmicas ágeis e eficazes. Há que se abrir novas avenidas para deixar fluir os fluxos de conhecimentos necessários a resolução dos prementes anseios dos povos empobrecidos dos países subdesenvolvidos. Esta, uma tarefa de todos.

Notas

1. Adaptado do artigo de nossa autoria "Ciência e Informação", publicado no **Jornal de Brasília** de 16 de fevereiro de 1990, p.2.

2. Acredita-se que inexista cidade brasileira com amostragens seqüenciais, dando oportunidade a que se respondam estas indagações fundamentais para o conhecimento da realidade.
3. Já havíamos concluído este trabalho quando fomos informados das modificações, a serem introduzidas pelo IBGE na PNAD, com incremento da acurácia dos conceitos e aperfeiçoamentos do questionário. Para os interessados na teorização sobre esta pesquisa por amostra, indicamos o texto **PNAD - Anteprojeto de Revisão (Módulo 1). A Questão Conceitual**. Rio de Janeiro, IBGE/DEREN, 1990 (mimeo.).
4. Ver, na Constituição Federal de 1988 o Título III, Artigos 25 e seguintes e o Título VI, especialmente, o art. 155 e seguintes.
5. Com base em trabalho de nossa autoria "Urbanização e Interdisciplinaridade", submetido ao Seminário Natureza e Prioridades de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, FAU-USP, março/1990.
6. A este propósito, um marco importante é a obra de Milton Santos. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo, Hucitec, 1978.

Bibliografia

- BUARQUE, Cristóvam (1988). UnB - um projeto em processo. **Humanidades**, Brasília, V(17):115-121.
- FERREIRA, Ignez C.B. e PAVIANI, Aldo (1973). As correntes migratórias para o Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 35(3):133-162.
- MYRDAL, Gunnar (1970). **Subdesenvolvimento**. Brasília, Coordenada-Editora de Brasília.
- NOVAES PINTO, Maria (1989). Meio ambiente e interdisciplinaridade. **Humanidades**. Brasília, VI(21):36-42.
- PAVIANI, Aldo (1990a). Ciência e Informação. **Jornal de Brasília**, 16 de fevereiro de 1990.

PAVIANI, Aldo (1990b). Perspectivas para as metrópoles regionais. Algumas considerações sobre migrações e lacunas de trabalho nos anos 90. Apresentado no Seminário METROPOLIZAÇÃO E REDE URBANA: PERSPECTIVAS DOS ANOS 90. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, abril de 1990.

SANTOS, Milton (1985). **Espaço & Método**. São Paulo, NOBEL.

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (1986). Nota introdutória. In: SANTOS e SOUZA (org.). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo, NOBEL.

SILVA, Armando Corrêa da (1988). A produção do conhecimento científico e tecnológico na crise da sociedade contemporânea. **Geosul**, Florianópolis, 3(6):105-112.

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo (1989). Núcleos Temáticos. **Boletim da UnB**. Brasília, 4(97):2.